



Ilustríssima presidente da Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGSS/SESGO

COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO | SES-GO

Ref.: Edital de Chamamento público nº 03-2023 - HEAPA

O INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - IPGSE, pessoa jurídica de direito privado na forma de associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde no Estado de Goiás, conforme Decreto Estadual nº 9.758, de 30 de novembro de 2020, inscrita no CNPJ/MF nº 18.176.322/0001-51, com sede na Rua Avelino de Faria, nº 200, Setor Central, Rio Verde-GO, CEP 75.901-140, representado por seu Diretor Presidente ALUISIO PARMEZANI PANCRACIO, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF nº 159.938.598-81, residente na Rua Afonso Ferreira, 403, Setor Central, Rio Verde-GO, CEP 75.901-160, vem interpor

RECURSO

Em face do HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS, atacando, especificamente, o resultado da FASE DE HABILITAÇÃO Chamamento Público nº 03-2023 - HEAPA, em razão de sua classificação segundo lugar, logo atrás do RECORRIDO, por ora considerado vencedor, pelas razões a seguir.

SÍNTESE FÁTICA

Conforme estatui o edital, o presente processo se divide em duas fases, sendo a primeira eliminatória, no sentido de que não a ultrapassando, o licitante





já estará fora do certame, embora, em tese, pudesse estar melhor na segunda, caso chegasse até ela. Essas fases são as de “proposta de trabalho” e “habilitação, nos termos dos seguintes subitens:

10.4.3. A primeira etapa será encerrada pela Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGSS quando todas as PROPOSTAS DE TRABALHO forem julgadas e classificadas/desclassificadas.

10.4.3.1. Após a conclusão primeira etapa, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CIGSS.

10.4.4. A desclassificação da instituição importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

10.4.5. Ultrapassada a primeira etapa, serão convocados os representantes das instituições classificadas a comparecerem à sessão pública para abertura do envelope de habilitação da entidade que apresentar a melhor proposta, mediante notificação direta ou por meio eletrônico.

10.5. Na sessão pública designada, que inaugura a segunda etapa do procedimento, abrir-se-á, na presença dos interessados, o envelope concernente à HABILITAÇÃO da entidade melhor classificada nos termos do item 8.5, os quais, após as necessárias vistas e conferências pela Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CIGSS, serão rubricadas por essa e pelos respectivos representantes presentes, podendo esses usufruírem da faculdade prevista no item 10.4.1.1.

(...)

10.8. Será declarada vencedora do Chamamento Público a entidade que atingir a maior Nota Técnica - NT, de acordo com a fórmula descrita no item 8.5.

(...)

Em primeiro momento, injustamente, a RECORRENTE residiu em 3º lugar na primeira fase, atrás do mesmo RECORRIDO (1º) e do INSTITUTO CEM (2º), mas, por meio de recurso que diminuiu parte das injustiças, conseguiu alterar o resultado para passar a ocupar a segunda posição, a partir da qual seguiu para a fase de habilitação.

Certa de que atendera a todas as exigências editalícias, a RECORRENTE esperava ser a vencedora do certame, por isso, não sem surpresa, recebeu a notícia de ter se mantido em segundo lugar, atrás novamente do RECORRIDO, conforme RESULTADO PRELIMINAR DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO CHAMAMENTO





PÚBLICO 03/2023, in literis:

Após apreciação da documentação contida no ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, constatou-se como HABILITADA a entidade HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS.

Para essa conclusão, quanto à RECORRENTE, a Comissão processante assim respondeu aos “(...) apontamentos feitos pelas concorrentes classificadas quando da sessão de abertura dos envelopes”:

Página 34 - documento elegendo para cargo de Diretor Técnico, porém o estatuto social é omissivo quanto ao cargo.

RESPOSTA: Com relação a eleição de cargo não disposto em estatuto, o edital apenas exige para fins de habilitação a apresentação da ata de eleição, mas não menciona qualquer fato com relação à cargos eleitos para auxílio na gestão da entidade que não estejam inseridos no rol do estatuto. Deste modo, em que pese a aparente contradição da Ata com o estatuto, não há amparo no edital, razão para proceder com inabilitação.

Páginas 186 e 190 - documentos vencidos (ano 2017)

RESPOSTA: Em que pese as datas apresentadas na documentação acostada não coincidir com período recente, o edital é completamente silente quanto ao prazo que deve ter cada comprovante de endereço, tratando somente da apresentação do mesmo. Deste modo, ainda que verificado o longo lapso temporal, não se justifica, uma vez que a documentação foi apresentada, uma inabilitação exclusivamente por este fato, revelando-se excessivo formalismo quanto à um comprovante de endereço.

Balanco Patrimonial apresentado na habilitação divergente do balanço digital, onde o saldo inicial, tanto do ativo quanto do passivo não conferem.

RESPOSTA: Em nossa análise a diferença verificada entre o balanço publicado e o balanço digital no montante de R\$ 0,09 referente ao exercício de 2022 e R\$ 1,19 referente ao exercício 2021 decorre quanto a forma que o balanço foi publicado, em reais, suprimindo a informação dos centavos. No entanto, para apuração dos indicadores financeiros, foi considerado o valor como um todo, inclusive com os centavos, demonstrado no Balanço digital.

Em síntese, a Comissão pontuou o RECORRIDO com a aceitação de documentos inadequados relativamente à diretoria, comprovante de endereço e balanço patrimonial com dois resultados, os quais, se rejeitados seriam suficientes para inverter o resultado.





DAS RAZÕES QUE FUNDAMENTAM O PRESENTE RECURSO

Como será demonstrado a seguir, novamente a injustiça grassou, razão porque a decisão recorrida não poderá prevalecer, pois - não dolosamente, espera-se - a Comissão beneficiou o RECORRIDO aceitando certos documentos, claramente impróprios.

Quanto ao comprovante de endereço

De fato, a Comissão foi bem parcimoniosa para com o RECORRIDO, com destaque para alguns itens, como, por exemplo, quanto ao seu endereço, para o que aceitou comprovante antigo, do ano de 2017, quando tanto a legislação em vigor, como os costumes, que também são fontes de direito, exigem contemporaneidade.

No plano legislativo, pode ser citada a Lei Federal nº 6.629, de 16 de abril de 1979, que aceita comprovação de endereço mediante a apresentação de “contas” de água ou luz, desde que do “último mês”, conforme dispõe o Art. 1º, III, in literis:

Art. 1º - A comprovação de residência para efeito de expedição de documento público poderá ser feita, além do atestado de residência firmado por autoridade policial ou judicial, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

III - conta de luz, água, gás ou telefone correspondente ao último mês.

Aliás, na mesma linha, exigindo contemporaneidade, o inciso I admite a comprovação de endereço mediante apresentação de “notificação do Imposto de Renda do último exercício ou recibo da declaração referente ao exercício em curso”.

Neste Estado, embora para finalidade específica, o DETRAN também impõe limite temporal para aceitação de “contas” de água ou luz e até outros documentos como comprovantes de endereço, exigindo, porém, que sejam de no máximo 90 (noventa) dias, conforme Portaria nº 122/2015/GP/GPJUR, imagem abaixo:





Art. 1º EXIGIR como documentos hábeis para comprovação de residência ou domicílio, para anotação e registro de dados relativos a veículos, bem como à obtenção da ACC, Permissão para Dirigir ou CNH e demais serviços solicitados no DETRAN/GO, a apresentação dos seguintes documentos:

I - talão de água, energia, gás canalizado, telecomunicações fixa ou móvel, plano de saúde, com validade de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados da data do vencimento da fatura;

II - correspondência expedida por órgãos oficiais das esferas Federal, Estadual e Municipal, comprovadamente recebida, via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no próprio documento, com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias;

III - boleto de licenciamento/IPVA/DPVAT, ou aviso de vencimento de CNH, ou notificação de autuação de infração de trânsito, ou notificação de aplicação de penalidade, emitidos pelo DETRAN/GO e, ou pelos demais Órgãos Autuadores do Estado de Goiás, integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, comprovadamente, recebido via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no próprio documento, devendo constar a identificação (nome e endereço do titular) impressa na própria correspondência, com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias;

Portanto, exigindo o edital o comprovante de endereço, desatende-o quem apresenta documento antigo, em desarmonia com as normas exigentes da contemporaneidade.

Diretoria

Não somente. A Comissão também foi complacente com o RECORRIDO deixando de desclassificá-la no quesito “diretoria”, ao aceitar como suficiente “diretor técnico” eleito, o qual não a integra, bastando simples leitura do Art. 49 do Estatuto.

Balanco patrimonial

Por fim, embora pequena, existe diferença quanto ao saldo inicial constantes do balanço patrimonial apresentado para habilitação e do balanço digital, e em matemática não existe espaço para aproximações ou “mais ou menos”. Se não conferem, um ou outro está errado – ou ambos. Logo, o RECORRIDO não cumpriu a exigência editalícia.

Por tudo isso, os pontos que recebeu quanto a esses itens devem ser “zerados”, ou, pelo menos, diminuídos drasticamente, para restabelecer o direito e a justiça.

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Em face do exposto, após o devido contraditório com a oitiva do RECORRIDO, a RECORRENTE requer, nos termos do Art. 55, § 1º, da Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, que Vossas Excelências reconsiderem a decisão que a habilitou em segundo lugar na fase de habilitação, de modo que





passse a residir na condição da classificada em primeiro e possa assim celebrar o contrato de gestão.

Na remota possibilidade de vir a ser outro o entendimento e manter a decisão, requer a remessa dos autos à autoridade superior, de quem também espera o provimento do presente recurso para o mesmo fim.

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Goiânia 18 de fevereiro de 2024

ALUISIO PARMEZANI PANCRACIO

DIRETOR PRESIDENTE

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - IPGSE

